

Os Quilombolas e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Vale do Ribeira Paraná: diversidades culturais, enquadramentos burocráticos e ações dos mediadores técnicos e sociopolíticos

Cristiane Coradin

Engenheira Agrônoma, Mestre em Extensão Rural
Pesquisadora da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)
e-mail: cristianecoradin@yahoo.com.br

Renato Santos de Souza

Doutor em Administração
Professor adjunto da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
Membro do Programa de Pós Graduação em Extensão Rural
Departamento de Extensão Rural
e-mail: renatosdesouza@gmail.com

Resumo

Na atualidade, o PAA destaca-se no Brasil como uma das principais políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional e da Agricultura Familiar. No entanto, recentes conflitos sociais com relação ao cumprimento de exigências burocráticas para acesso ao Programa indicam a necessidade de pesquisas sobre o tema. Nesse sentido, esse artigo objetiva analisar os principais estrangulamentos burocráticos vivenciados pelos quilombolas para inserção e gestão no Programa, vinculados à intervenção de mediadores técnicos e sociopolíticos. Como objetivos específicos deseja-se: a) compreender os impactos na condição camponesa em decorrência de sua inserção no PAA; b) identificar e analisar os principais constrangimentos burocráticos vivenciados pelos quilombolas para acesso ao PAA; c) compreender os principais entraves burocráticos identificados na gestão do Programa; e d) analisar as ações sociais desenvolvidas pelos mediadores técnicos e sociopolíticos na execução do Programa. Os principais resultados obtidos indicam que a assimilação do padrão burocrático pelos quilombolas tem ocorrido pela sua sobreposição a padrões culturais do grupo, sustentadas pelas mediações sociais estabelecidas nesse bojo. Este estudo está estruturado em introdução, desenvolvimento dos objetivos específicos e considerações finais.

Palavras-chaves: quilombolas; políticas públicas; agricultura familiar; diversidades culturais; burocracia.

Abstract

Marrons and Food Acquisition Program (PAA) in the Ribeira Vale Paraná: cultural diversity, bureaucratic frameworks and actions of the technical and socio-political mediators

In actuality, the PAA stands out in Brazil as a major public policy of Food Security and Nutrition and Family Farming. However, recent social conflicts in relation to compliance with legal requirements for claims management program to access and indicate the need for research on the topic. In this sense, this article aims to identify and analyze the main bureaucratic bottlenecks experienced by the Maroons for insertion and management of your participation in the Program, linked to the intervention of technical and socio-political mediators. Specific objectives is desired: a) understand the impacts on maroon peasant

condition due to its inclusion in the PAA; b) identify and analyze the main bureaucratic constraints experienced by the Maroons for access to; c) understand the key bureaucratic bottlenecks identified in the management of the program; and d) analyze social actions developed by technical and socio-political mediators in implementing the Program. The main results indicate that the assimilation of bureaucratic standard by the Maroons have occurred by their overlapping cultural patterns of the group, supported by the establishment of social relations mediations. This study is divided into introduction, development of specific goals and closing remarks.

Keywords: maroon; public policy; family farming; cultural diversity; bureaucracy.

Resumen

Cimarrones y el Programa de Adquisición de Alimentos (PAA) en el Valle de Ribeira Paraná: diversidades culturales, marcos burocráticos y las acciones de los mediadores técnicos y sociopolíticos

En la actualidad, el PAA se destaca en Brasil como una política pública importante de la Seguridad Alimentaria y Nutricional y de la Agricultura Familiar. Sin embargo, los recientes conflictos sociales legales con el Programa y los agricultores, ha indicado la necesidad de investigaciones sobre el tema. Por lo tanto, este artículo tiene como objetivo analizar los principales obstáculos burocráticos para la inserción y gestión da participación de los cimarrones en el programa, vinculados a la intervención de mediadores técnicos y socio-políticos. Los objetivos específicos que desea: a) a) comprender los impactos sobre la condición campesina debido a su inclusión en lo PAA b) analizar los principales obstáculos burocráticos que experimentan los cimarrones para el acceso al PAA; c) entender las limitaciones burocráticas identificados en la gestión del Programa; d) analizar las acciones sociales desarrolladas por los mediadores técnicos y socio-políticos. Los principales resultados indican que la asimilación de la norma burocrática por los cimarrones que se haya producido por sus patrones culturales superpuestas del grupo, con el apoyo de la creación de las mediaciones de relaciones sociales. Este estudio se divide en introducción, desarrollo de objetivos específicos conclusiones.

Palabras clave: cimarrones; políticas públicas; agricultura familiar; diversidad cultural; burocracia.

Introdução

O PAA, Programa de Aquisição de Alimentos, surgiu em 2003, como materialização da construção histórica de movimentos sociais contra a Fome, campanhas, conferências e ações conduzidas nos anos 1990, originárias da construção da atual Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional/PNSAN e dos Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional, locais, regionais e nacional/CONSEA, em confluência com reivindicações dos agricultores familiares e suas organizações sociais, enfocando-se a necessidade de apoio à comercialização agrícola para além do financiamento já alcançado através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar/Pronaf, tal como descrito e analisado por Maluf (2007) e Mattei (2007).

Grisa et al. (2009) apontam que nesses quase onze anos de execução legal, o conjunto de pesquisas até o presente momento realizadas sobre o tema tem evidenciado a positividade do Programa na assistência social de grupos de beneficiários, enfatizando também o quão tal política tem contribuído com dinâmicas de campesinação e recampesinação de famílias de agricultores familiares brasileiras. Tal quadro reafirma a positividade social de tal política, na reprodução social da agricultura familiar.

No entanto, eventos recentes¹ e considerações apontadas por beneficiários (CONAB, 2013), começam a indicar que a homogeneização normativa e os estrangulamentos formal burocráticos instituídos legalmente pelo Estado brasileiro para gestão do PAA, tem figurado como um dos principais limitantes da participação e gestão do programa junto às redes e organizações de agricultores familiares.

Nesse bojo, essa pesquisa se justifica na medida em que escasseiam-se estudos que visem focar tal perspectiva de análise. Como objetivo geral, essa pesquisa visa compreender como e em que medida tal padrão burocrático de gestão público estatal tem influenciado na inserção e gestão do PAA por organizações de quilombolas; e como objetivos específicos a) compreender os impactos na condição camponesa quilombola em decorrência de sua inserção no PAA; b) identificar e analisar os principais estrangulamentos burocráticos vivenciados pelos quilombolas para acesso ao PAA; c) compreender os principais constrangimentos burocráticos identificados na gestão do Programa; e d) analisar as ações sociais dos mediadores técnicos e sociopolíticos desenvolvidas na conexão entre a lógica burocrática e quilombola.

Como opção teórico-metodológica adotou-se uma orientação socioantropológica, objetivando contrastar-se a construção social de diversidades culturais com o padrão burocrático de dominação legal, baseando-se, para tanto, na construção empírica de um estudo etnográfico, como forma de adentrar-se à descrição, compreensão e análise dos símbolos e significados socialmente construídos, das microrrelações produzidas, correlacionando-as com mediações ampliadas (GEERTZ, 2012).

Durante vinte dias consecutivos do mês de agosto de 2013, foram realizadas observações a campo e entrevistas semiestruturadas com mediadores técnicos e sociopolíticos, localizados na sede do Município, mediadores quilombolas e agricultores quilombolas fornecedores do PAA, residentes na Comunidade Remanescentes de Quilombos Córrego das Moças, localizada no município de Adrianópolis, Vale do Ribeira Paraná. Ao todo foram realizadas 27 entrevistas, das quais duas foram realizadas com informantes chaves sobre o processo histórico da localidade, 15 com agricultores fornecedores para o PAA, três com mediadores internos daquela comunidade, e sete com mediadores externos, quilombolas e técnicos².

Este texto está dividido entre uma breve revisão conceitual sobre cultura, diversidades culturais, burocracia e mediações; prosseguindo-se com revisão bibliográfica sobre os processos de construção do PAA e de reconhecimento das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Brasil; na sequência, com a descrição breve do contexto empírico e análise dos dados obtidos na pesquisa de campo, finalizando-se com algumas considerações finais.

Cultura e mediações socioculturais

A multiplicidade de tempos-espacos, contextos em que podem se situar os seres humanos, propiciou condições para o surgimento do conceito de cultura, em declínio da visão iluminista, naturalista, universal e estratigráfica desses universos sociais. Segundo Geertz (2012, p. 26): “[...] não existem de fato homens não modificados pelos costumes de lugares particulares, nunca existiram e, o que é mais importante, não o poderiam pela própria natureza do caso”.

Para Geertz (2012, p. 66) a cultura é interpretada como “[...] um sistema de concepções herdadas [...], [...] expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida [...]”, constituindo-se como contextos, os quais para que sejam

¹ Denúncias, fiscalizações, punições, cassações de mandatos e prisões de agricultores representantes e membros da CONAB no Estado do Paraná, ocorridas no segundo semestre de 2013.

² Esse artigo constitui parte significativa dos resultados obtidos em pesquisa de campo realizada em 2013 pelo autor para elaboração de sua dissertação de mestrado.

compreendidos, demandam primeiramente a apreensão e posteriormente a sistematização das múltiplas conexões ordenadamente dispostas.

São esses sistemas de significação historicamente herdados e cotidianamente retroalimentados, transformados e criados que constituem a cultura, modo único para cada indivíduo, mas também em diferentes níveis e gradações, compartilhados, desde que somente podem ser dispostos se em processos de interações sociais com outros seres e com o meio em que se situam os sujeitos.

As culturas desses grupos sociais têm sido transformadas por um processo que Geertz (2012) chama de ‘colagem’, sobreposições de estruturas de significação, sem que, para tanto, necessariamente algumas sejam eliminadas, por processos de aculturação e assimilação por padrões culturais dominantes.

Estes processos promovem eventos que colocam em interação social estruturas de significação diversificadas que envolvem por primeiro visões de mundo, entendidas por Geertz (2012, p. 93) como “[...] aspectos cognitivos, existências [...]”, do cotidiano da vida social, como o quadro que um povo, uma estrutura social, governos, partidos, administradores público estatais elaboram sobre si e sobre a sociedade, cada qual a seu modo, buscando legitimar-se diante da outra; e por segundo *ethos*, compreendido como a moral, os valores, a estética do grupo social específico, de ser, de viver e de se reconhecer como tal etc., revelando “[...] o tom, o caráter e a qualidade de sua vida, seu estilo moral e estético, e sua disposição é a atitude subjacente em relação a ele mesmo e ao seu mundo que a vida reflete” (GEERTZ, 2012, p. 93).

No âmbito das interações entre culturas e grupos sociais, Sahlins (2011, p. 61) afirma que “[...] as diferentes ordens culturais tem seus modelos próprios de ação, consciência e determinação histórica – suas próprias práticas históricas”. Contudo, não se pode considerar que ao longo da história essas distintas ordens culturais não tenham estabelecido relações entre si, e que isso não lhes tenha ocasionado transformações em seus padrões culturais, e mesmo, que tais relações não lhes tenham inclusive reforçado seus próprios padrões. Segundo ele:

[...] o mesmo tipo de mudança cultural induzida por forças externas, mas orquestrado de modo nativo vêm ocorrendo há milênios [...]. Os elementos dinâmicos em funcionamento - incluindo o confronto com o mundo externo, que tem determinações imperiosas próprias e com outros povos – estão presentes por toda a experiência humana. (SAHLINS, 2011, p. 09).

Essas mediações sociais, interações culturais efetivadas pela interferência de um terceiro, tal como conceituadas por Neves, são compreendidas como processos inerentes à atividade social humana, que colocam em “[...] relação dois termos por um terceiro, o mediador social, em razão da impossibilidade de estabelecer uma relação imediata; o engendramento recíproco dos três termos empregados no processo de criação contínua [...]” (CRESPI apud NEVES, 2008, p. 22), processo que “[...] alude também à relação dialética porque valoriza as representações e as transformações do mundo, a institucionalização, a conciliação, a conformação e o questionamento quanto às regras que legitimam reconhecidas ordens sociais” (NEVES, 2008, p. 23), atuando em contextos históricos determinados, e por isso produtores de relações específicas, e, portanto, não generalizáveis e homogêneas.

Segundo Sahlins (2004, p. 449) o estudo pormenorizado dos efeitos dessas mediações sociais tem nos mostrado que “[...] a ordem global moderna foi decisivamente moldada pelos chamados povos periféricos, pelas diversas maneiras segundo as quais esses povos articulam culturalmente o que lhes estava acontecendo”. Ele prossegue: “[...] e a despeito das terríveis perdas sofridas a diversidade não é morta. Ela persiste na esteira da dominação ocidental.”.

Desse modo, a interação sociocultural, ao mesmo tempo em que intervém como mecanismo de reprodução cultural de modelos e padrões de grupos e sociedades dominantes, produz fricções, incongruências e assimetrias, conflitos capazes de alterar

padrões culturais cristalizados e produzir novidades, inovações, pois toda “[...] reprodução da cultura é uma alteração, tanto que, na ação, as categorias através das quais o mundo é orquestrado assimilam algum novo conteúdo empírico” (SAHLINS, 2011, p. 179).

Para Geertz (2001, p. 76), são as assimetrias, o estranhamento do outro, que “[...] nos permitem situar onde estamos agora no mundo, como é estar nesse lugar e como gostaríamos ou não de ir”. Obscurecer este fato e a possibilidade de mudança de ideia que ele contém é o que historicamente o etnocentrismo tem proporcionado, relegando ao estranhamento e às assimetrias o simples papel da diferença, o reconhecimento da diferença com relação à outra cultura, negando a possibilidade de compartilhamento e aprendizado entre si.

Modernidade, burocracia e Estados Nacionais

O advento da modernidade e das sociedades modernas, cujo projeto entrou em voga no século XVIII, foi marcado pela construção social de um imenso esforço intelectual de pensadores iluministas para desenvolver uma forma de racionalidade científica, técnica e instrumental, capaz de institucionalizar globalmente uma forma de ciência objetiva, uma determinada moralidade e leis universais, em detrimento da persistência ressignificadas de diversidades culturais:

O desenvolvimento de formas racionais de organização social e de modos racionais de pensamento prometia a libertação das irracionalidades do mito, da religião, da superstição, liberação do uso arbitrário do poder, bem como do lado sombrio da nossa própria natureza humana. Somente por meio de tal projeto poderiam as qualidades universais, eternas e imutáveis de toda a humanidade ser reveladas. (HARVEY, 1996, p. 23).

Tal movimento histórico, segundo Sahlins (2004), permitiu que culturas diversificadas espalhadas pelo globo terrestre fossem transformadas, pela sua mediação social com essas novas interações culturais decorrentes de sua relação com as sociedades modernas, transformações que em diversos níveis e gradações têm permitido uma transfiguração da ação simbólica em um cálculo da ação pragmática. Neste novo contexto mundial, “a ordem simbólica é incluída em hierarquias de meios e fins, como motivações e interesses localizados no sujeito e realizados por um processo de escolha racional que também lhe é natural” (SAHLINS, 2004, p. 303).

Há nesse movimento global, um processo de integração das culturas a um padrão englobante instrumental e pragmático da ação social simbólica, o qual se impõe socialmente enquanto modelo dominante. Esse padrão desenvolve-se na divisão social do trabalho e “[...] se transfere para a vida do espírito, e esta divisão do reino da cultura é um corolário da substituição da verdade objetiva pela razão formalizada, essencialmente ‘relativista’” (HORHKEIMER, 2002, p. 28).

Esse novo padrão cultural e organizacional institui ritmos, padronizações, rotinizações, normatizações e padrões comportamentais, em tese, assegurados pelo estabelecimento de contratos, planejamentos estratégicos, metas e avaliação de resultados, os quais constroem o desenvolvimento da ação social, tal como analisado por Souza (2012).

Nos Estados Nacionais Modernos³ esse processo de instrumentalização e de formalização da razão, tal como compreendido por Weber (1978), consubstancializa-se na

³ Estados Nacionais Modernos, tal como definidos por Weber, nesse estudo são compreendidos “[...] como uma forma moderna do agrupamento político, caracterizado pelo fato de deter o monopólio da violência e do constrangimento físico legítimo sobre determinado território.” (CAMPOS, 2001, p. 12) São considerados instrumentos de dominação legítima de determinado agrupamento político, porque essa dominação é consentida por seus subordinados, baseando-se na violência, na força militar, em leis e em uma administração racional que lhe permite intervir em domínios diversos.

institucionalização da burocracia e da dominação legal como mecanismos hegemônicos de controle social legítimos do Estado e governos sobre os cidadãos.

Para o autor, a dominação legal significa o controle exercido por meio de normas e regulamentos, elaboradas e executadas por instituições, estruturas sociais e hierarquias, manifestas em cargos impessoais, que condicionam a ação social dos indivíduos submetidos ao jugo de tais estruturas sociais. Ela é superior a qualquer outro tipo de dominação sobre os seres humanos, pela precisão, rigor disciplinar e confiança que fornece aos indivíduos e organizações.

A dominância da burocracia enquanto modelo de gestão público estatal tende a promover o enquadramento legal, instrumental e formal de distintas visões de mundo e *ethos*. E problemas de ordem política tendem a tomarem uma conotação tecnoburocrática, administrativa, transmutando-se de problemas políticos e sociais em problemas técnicos e, portanto, dissociados de interesses divergentes e por vezes, antagônicos (WEBER, 1978).

Na organização burocrática, e o saber técnico administrativo, passa a ser utilizado como um mecanismo de dominação, um recurso de poder não somente legal, formal, mas também simbólico⁴. Tal acontecimento ocorre, na medida em que esse processo constrange o entendimento de tais saberes pelos cidadãos, os quais passam a outorgar a especialistas tecnoburocratas poderes de gestão de seus interesses e necessidades.

O capital político⁵ internalizado, que é aquela capacidade e conhecimento adquirido socialmente e interiorizado individualmente, via participação em alguma organização privada ou instância do poder público estatal, é considerado como um recurso de poder sobre aqueles que não dominam tais conhecimentos.

Nesse contexto, emergem enquanto necessidade de legitimação da dominação legal, de controle de saberes, cargos e práticas burocráticas, os mediadores sociais. Entendidos como conectores entre sociedade civil e Estado burocrático, tal como compreendidos por Neves (2008), esses sujeitos articulam visões de mundo e *ethos*, produzindo consensos e/ou dissensos, assimetrias e/ou simetrias, ao mesmo tempo em que assimilam, transmitem, criam e recriam práticas e representações simbólicas dos sujeitos sociais em relação de interação social, produzindo alterações nas visões de mundo e *ethos* de cada qual.

No âmbito do Estado e da sociedade civil, os agentes vinculados ao poder público, extensionistas rurais, etc., são compreendidos como “sujeitos alocados para dar existência às representações delegadas à administração e intervenção públicas, vivem da mediação [...]”, e, por isso, são considerados “[...] agentes da mediação profissional [...]” (NEVES, 2008, p. 28).

Este padrão burocrático de administração público estatal, hegemônico nas sociedades modernas, tal quais as relações de mediações sociais através dele estabelecidas pela ação de mediadores técnicos e sociopolíticos, ao contrário de expressar, dialogarem, e basear-se na promoção de alteridades e pluralidades culturais e políticas, visa antes ordenar-lhes, buscando pontos comuns, o que embora ‘pareça’ democraticamente razoável, oculta ao fundo o tenso jogo de relações de poder historicamente constituídos nas inter-relações entre grupos sociais, os quais disputam e ocupam ou não desigualmente instâncias públicas, como expressões das desigualdades sociais, políticas, econômicas presentes nas sociedades, como nos elucidada Souza (2012) em seu estudo sobre a condição organizacional e sua relação com a Extensão Rural, políticas e Programas públicos governamentais.

O PAA e os Quilombolas no contexto brasileiro

⁴ O poder simbólico aqui é conceituado como sendo “[...] um poder que aquele que lhe está sujeito dá aquele que o exerce, um crédito que aquele o credita, uma *fides*, uma *autoctonistas*, que ele confia pondo nele a sua confiança. É um poder eu existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe” (BOURDIEU, 2011, p. 188).

⁵ De acordo com a conceituação de Bourdieu (2011).

O PAA emerge no contexto brasileiro, a partir do Programa Fome Zero. Tem como objetivo implantar ações no âmbito das políticas agrícolas e de segurança alimentar (MATTEI, 2007a; MUELLER, 2007; GRISA et al., 2010; DELGADO et al., 2005).

As modalidades do PAA atualmente em voga – não cumulativas entre si - consistem em Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF), Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (CPR Doação), Formação de Estoques (CPR Estoque), operadas pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e Incentivo à Produção e Consumo de Leite (PAA - Leite), operadas por municípios e estados; e desde julho de 2012 também com o lançamento da nova modalidade compra institucional, atendendo também hospitais, presídios e Exército (BRASIL, 2010, 2013; CONAB, 2013).

De acordo como Zimmermann (2008, p. 01), ao instituir-se legalmente, para ser viabilizado operacionalmente, o PAA passa a envolver uma complexa rede de agentes do poder público estatal, no qual governo federal, estaduais e municipais se tornam fundamentais na articulação entre produção e consumo, construindo parcerias entre si e com organizações sociais da sociedade civil, como Organizações Não Governamentais (ONG's) e cooperativas de agricultores familiares, como “[...] processos de institucionalização das políticas, que comporta diferentes atores sociais, como agricultores, suas organizações e gestores públicos”.

Desde sua criação, a participação de agricultores familiares e o volume de produção e de recursos destinados ao programa vêm crescendo ao longo dos anos. A maioria das pesquisas realizadas até o momento têm sido enfáticas na avaliação da positividade deste programa social quanto ao fortalecimento e consolidação da agricultura familiar, tal como evidenciado nos estudos de Grisa (2009), Grisa et al. (2010), Muller (2007), Muller, Fialho e Schneider (2007), Triches e Schneider (2010), Zimmermann (2008), Matei (2007), dentre outros autores.

Contudo, apesar dos resultados obtidos nas avaliações da política, a demanda de participação dos poderes públicos locais na gestão e operacionalização desse Programa pode representar um fator limitante, à medida que “muitas prefeituras não estão acostumadas ou dispostas a trabalhar com projetos de cunho estruturante e não assistencialista ou, ainda, diferenças político-partidárias [...]”, e que “a fragilidade de muitas organizações sociais [...] conflui para ruptura e a descontinuidade do Programa, colocando ‘em xeque’ tais resultados” (GRISA, et al., 2010, p.156-157).

Para esses mesmos autores, segundo documento do III Seminário Nacional do PAA, do conjunto total de agricultores que acessaram o PAA em 2009, 89,73% foram classificados como agricultores familiares, 7,68% assentados de Reforma Agrária, 1,10% pescadores artesanais, 0,85% agroextrativistas, 0,32% quilombolas, 0,16% indígenas e 0,15% trabalhadores sem-terra. Embora esses dados estejam tendencialmente em ordem crescente ao longo dos anos, observa-se que principalmente em relação aos povos tradicionais, e especificamente aos quilombolas, a participação ainda é limitada.

Associado a esses dados, acrescenta-se que analisando o perfil dos agricultores beneficiados pelo PAA, segundo grupos do PRONAF, evidencia-se que 68% são pertencentes ao grupo AF, 24% ao grupo B e 8% ao grupo A e A/C, sinalizando que o programa tem contemplado principalmente os agricultores “mais capitalizados”. Deixando “de fora” aqueles setores de agricultores familiares menos capitalizados e organizados, que seriam o principal foco de atuação do programa, de acordo com a concepção do PAA, como, por exemplo, os quilombolas (GRISA et al., 2010; MUELLER, 2007)

Além desses dados, segundo informações coletadas em vídeos premiados pela CONAB no ano de 2012 (CONAB, 2012), quilombolas e indígenas apontam como positiva a sua inserção no programa, por lhes possibilitar melhores condições de manutenção de seus meios e modos de vida, mas questionam e sugerem alterações no tratamento do Estado e governos com relação aos parâmetros, normas, regulamentos e procedimentos formais burocráticos exigidos para participação e gestão do PAA, demonstrando inadequações, dificuldades centralmente legais e formais para acesso desses grupos nessa política pública.

Esse contexto aponta para a ampliação histórica do Programa, gerada principalmente pela inserção qualificada de agricultores mais organizados social, política e economicamente, em detrimento daqueles segmentos sociais menos capitalizados, cujos processos organizacionais formais são ainda incipientes ou inéditos. Quadros que têm constrangido a ampliação da participação e gestão desse Programa por segmentos minoritários constitutivos da diversidade cultural da agricultura familiar brasileira, tais como indígenas, quilombolas, extrativistas, mulheres, etc., como apontado pelos dados e depoimentos desses segmentos sociais camponeses diversificados.

A aprovação legal do Artigo 68º da Constituição Federal de 1988, o qual “[...] atribui direitos territoriais a ‘Comunidades Remanescentes de Quilombos’ [...]” (ARRUTI, 2006, p. 28) regulamentado pelo Decreto 4.883 e Decreto 4.887, resulta de uma longa trajetória de mobilizações e lutas sociais assumidas pelo Movimento Negro, contra processos de homogeneização, desrespeito e desassistência legal, social, política, econômica e cultural de suas especificidades étnico-raciais, tanto no âmbito das cidades, meios urbanizados, quanto no meio rural, reivindicando a visibilização das especificidades étnico-raciais, bem como acesso e condições adequadas e diferenciadas de participação em políticas de promoção da igualdade racial e de desenvolvimento desse segmento social, tal como analisado por Hofbauer (2007).

Segundo Leite (2000), esse evento jurídico, associado à permanência da mobilização do movimento negro, levantou nos anos de 1990, a necessidade de formulação teórico-metodológica do termo pela academia e por juristas, como meios de dar-se aplicabilidade a tal dispositivo constitucional, bem como à construção e efetivação de políticas públicas específicas voltadas a este segmento étnico-racial, questões que somente começaram a serem mediadas a partir de meados dos anos 1990, com ênfase para a construção e execução do Programa Brasil Quilombola a partir de 2000.

O termo remanescentes de quilombos, ressemantizado e recontextualizado, na atualidade abrange um amplo espectro de situações que guardam em si alguns traços potencialmente comuns, mas raramente homogêneos e observáveis no conjunto dos casos estudados. Para Arruti (2006, p. 39):

As comunidades quilombolas constituem grupos mobilizados em torno de um objetivo, em geral a conquista da terra, e definidos com base em uma designação (etnônimo) que expressa uma identidade coletiva reivindicada com base em fatores pretensamente primordiais, tais como uma origem ou ancestrais em comum, hábitos, rituais ou religiosidade compartilhados, vínculo territorial centenário, parentesco social generalizado, homogeneidade racial, entre outros. Nenhuma dessas características, porém, está presente em todas as situações, assim como não há nenhum traço substantivo capaz de traduzir uma unidade entre experiências e configurações sociais e históricas tão distintas.

Para Leite (2000, p. 335): “O quilombo, na atualidade, significa para esta parcela da sociedade brasileira sobretudo um direito a ser reconhecido, e não propriamente e apenas um passado a ser lembrado”. Para a autora ainda:

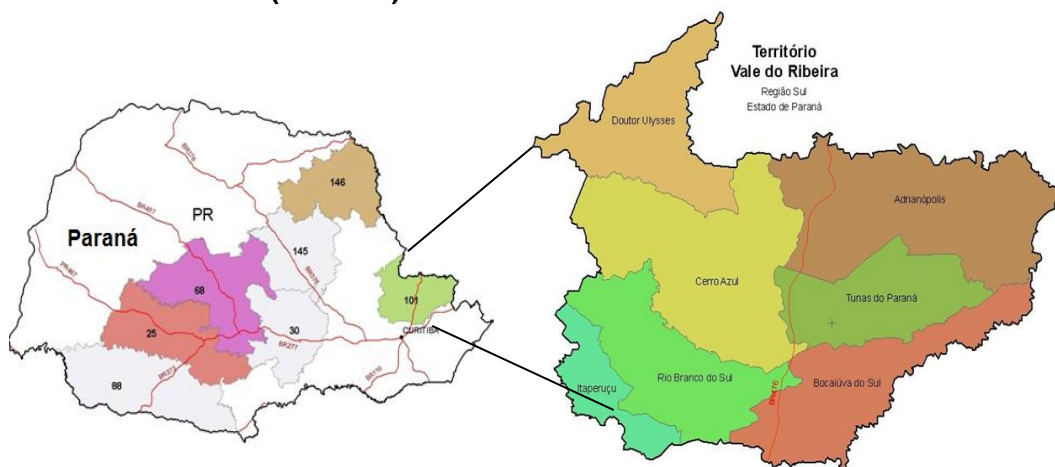
[...] de todos os significados do quilombo, o mais recorrente é o que remete à ideia de nucleamento, de associação solidária em relação uma experiência intra e intergrupos. A territorialidade funda-se imposta por uma fronteira construída a partir de um modelo específico de segregação, mas sugere a predominância de uma dimensão relacional, mais do que de um tipo de atividade produtiva ou vinculação exclusiva com a atividade agrícola, até porque, mesmo quando ela existe ela aparece combinada a outras fontes de sobrevivência. Quer dizer: a terra, base geográfica, está posta como condição de fixação, mas não como condição exclusiva para a existência do grupo. (LEITE, 2000, p. 344).

Nesse sentido, a posse e propriedade reconhecida e titulada da terra, assegurando a viabilização legal de sua participação em Programas e Políticas públicas, constitui elemento fundante da construção social da identidade coletiva e da cultura do grupo, sejam eles rurais agrários e agrícolas ou não.

Etnogênese e emergência do PAA nas Comunidades Remanescentes de Quilombos de Adrianópolis

O território do Vale do Ribeira está localizado na Bacia Hidrográfica Ribeira do Iguape, abrangendo as regiões sudoeste do Estado de São Paulo e leste do Estado do Paraná (Figura 1).

Figura 1 – Mapa do Estado do Paraná (à esquerda) e dos Municípios do Vale do Ribeira-PR– território 101 (à direita).



Fonte: SDT/MDA (2012).

No Paraná, o Vale ocupa 7,6% de seu território, 21,5% de toda essa Bacia Hidrográfica, sendo composto pelos municípios de Cerro Azul, Doutor Ulisses, Itaperuçu, Rio Branco do Sul, Bocaiúva do Sul, Tunas do Paraná e Adrianópolis. Esse conjunto de municípios reúne 99.352 pessoas, representando 1,0% da população estadual. O município de Adrianópolis, possui uma população total de 6.709 habitantes e uma área territorial de 1.349,34 Km², sua sede distancia-se 130 km da capital desse Estado, segundo dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social/IPARDES (2007).

As raízes históricas da formação social e étnica do campesinato negro do Vale do Ribeira Paraná, atualmente em partes reconhecido como Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQ's) e como Comunidades Negras Tradicionais (CNT's), remontam ao período compreendido entre os séculos XVII e XIX, a partir da exploração do ouro de aluvião do Rio Ribeira de Iguape, inicialmente realizado no Estado de São Paulo, concentrada nos municípios de Eldorado, Xirica e Iguape, espalhando-se para a região do Alto Vale do Ribeira, atingindo as margens Paranaenses do Ribeira e o Litoral desse estado, dando origem às cidades de Curitiba e Paranaguá (CARRIL, 1995; ITESP, 2000; FERNANDES et al., 2007; SAHR et al., 2011).

Constituindo-se por um relevo predominantemente montanhoso, o Vale do Ribeira tem sido mantido à margem dos principais ciclos econômicos vivenciados no Estado do Paraná, restringindo-se economicamente à exploração de minérios, pecuária extensiva, reflorestamento de pinus e um quantum persistente de remanescentes de populações camponesas tradicionais ou não (BIANCHINI, 2010).

A produção e manutenção de uma estrutura fundiária altamente concentrada, associada à falta de infraestrutura, estradas de ligação entre esses municípios e os centros econômicos regionais (Curitiba, Ponta Grossa, Castro, São Paulo, Sorocaba), além dos constrangimentos e conflitos ambientais, são apontados por Bianchini (2010) como os principais limitantes da integração do Vale do Ribeira Paraná aos ciclos econômicos vivenciados no Estado do Paraná, reproduzindo uma economia regional estagnada e altamente degradante dos recursos naturais e humanos locais e regionais.

Tal quadro condiciona atualmente o Vale do Ribeira Paraná a apresentar um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano do Paraná e do Brasil - a média dos sete municípios do território é de 0.682, enquanto no país é de 0.772 e no estado 0.787 (IPARDES, 2007), tornando-se a partir de meados dos anos 2000, objeto de diversos Projetos de Desenvolvimento Territorial, sendo classificado como um dos oito “Territórios de Cidadania” desse Estado, passando a receber estímulos à intervenção do Estado a partir da construção e execução de Projetos e Programas especificamente elaborados e ‘adaptados’ às condições regionais, tal como estudado por Bianchini (2010) e pelo Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais – Deser (2008).

Será então somente a partir dos anos 2000, por meio da institucionalização de demandas históricas do movimento negro, capituladas pelo Governo do Estado do Paraná, que o quadro histórico de invisibilidade dos negros do Vale do Ribeira vivenciará fricções e descristalizações significativas, com os processos de auto-identificação e de reconhecimento de Comunidades Remanescentes de Quilombos desse Estado.

De acordo com dados do Grupo de Trabalho Clovis Moura - GTCM (2010), atualmente estão certificadas pela Fundação Cultural Palmares 36 CRQ's no Paraná, 12 delas concentrando-se no Vale do Ribeira, das quais 08 no município de Adrianópolis; sendo também identificadas 20 CNT's (não-certificadas), das quais, duas concentram-se no município de Adrianópolis. Além, desses dados oficializados, estima-se que existam pelo menos 100 comunidades desse segmento social no Estado.

Para Arruti (2006) a etnogênese, o ressurgimento, visibilização, ou a “viagem de volta” dessas Comunidades contempla dois processos principais: um primeiro no qual ocorre o **reconhecimento** (grifo do autor) do grupo na esfera pública, o qual concebe que os conflitos tomem uma dimensão pública e reverberem em direitos mais amplos, processo este denominado por Oliveira de **objetivação político-administrativa** (grifo do autor). E o segundo, relacionado:

[...] à **auto-identificação** do grupo de acordo com o novo enquadramento categorial, o que implica o grupo passar a reconhecer que o desrespeito a que está submetido é parte constituinte (eventualmente constituinte) de sua identidade coletiva e fonte de uma identificação tanto moral quanto de mobilização política válida. (ARRUTI, 2006, p. 44).

A década de 2000 representa, portanto, no município de Adrianópolis, a assunção do Estado, nas esferas federal e estadual (e municipal – na agricultura) como mediador sócio-político central na relação com as CRQ's do Vale do Ribeira, seja diretamente por meio de agências públicas estatais, ou via ONG'S. Fatores potencialmente desencadeadores de novas mudanças sociais e culturais das unidades familiares e bairros, agora passando a serem denominados por CRQ'S (Areia Branca, Estreitinho, Três Canais, Córrego dos Franco, São João, João Surá, Praia do Peixe, Porto Velho, Córrego das Moças e Sete Barras) ou como CNT's (Bairro dos Roque e Tatupeva).

Todo esse processo de inserção do Estado como mediador e executor central de Programas e Projetos no conjunto dessas comunidades, aconteceu concomitante à construção legal de Associações Comunitárias dos Remanescentes de Quilombos, em cada uma das comunidades reconhecidas, instâncias constituídas como órgãos de mediação legítima entre os interesses dos quilombolas e o Estado, as quais passaram a articularem-se entre si, constituindo-se a Coordenação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Vale do Ribeira – COAQUIVALE.

A estrutura organizacional bem como a demanda político-econômica do PAA em Adrianópolis, se origina, por um lado, desse processo organizativo-político autônomo e institucional dos quilombolas, e por outro, de sua vinculação a organizações e mediadores técnicos e sócio-políticos locais e regionais, ligados à Cresol⁶ e à mediadores técnicos da Secretaria de Agricultura de Adrianópolis, contando com o apoio e motivação da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) – Paraná.

Na visão dos quilombolas, havia a demanda por alguma alternativa que contribuísse com a melhoria das condições de sua permanência no território, como camponeses. Na visão da Cresol, havia a necessidade de atingir agricultores que não podiam acessar crédito, e também encontrar alternativas viáveis àqueles que estavam endividados; na visão dos mediadores técnicos, haviam muitos projetos sendo realizados no local, porém a agricultura estava “ficando de fora”.

Como até o ano de 2009, ano em que a COAQUIVALE se manteve atuante, não haviam cooperativas e associações de Agricultores Familiares formalizadas e atuantes em Adrianópolis, nesse período 20 agricultores familiares (quilombolas e não-quilombolas) de Adrianópolis começaram a participar do PAA por meio de um projeto executado pela Cooperativa da Agricultura e Pesca Familiar - COOPAFI – do município de Cerro Azul.

No ano seguinte, como alternativa, mediadores técnicos da prefeitura municipal de Adrianópolis juntamente a mediadores quilombolas da COAQUIVALE, decidiram utilizar uma das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos desse município, para acessar o PAA. Para tanto, buscaram uma das Associações que estivesse sem pendências jurídicas para que pudessem concorrer ao edital. A Associação escolhida foi a da Comunidade Sete Barras. Seus representantes e moradores recompuseram a diretoria da Associação, contemplando dois membros da Comunidade Sete Barras e dois membros da Comunidade Córrego das Moças.

Nesse ano de 2010, o projeto foi aprovado na Modalidade Compra Direta com Doação Simultânea (vigente 2010/2011), em nome da entidade jurídica Associação dos Remanescentes de Quilombos do Bairro Sete Barras, contemplando 58 agricultores familiares, quilombolas dessas duas comunidades remanescentes de quilombos, e de outras comunidades e não quilombolas, somando um montante total de R\$ 212.899,92. No cadastramento dos fornecedores, se autodenominaram como quilombolas 40 fornecedores e 18 como agricultores familiares (ibid, S. I.).

Esse projeto, tal como os subsequentes beneficiaram três colégios estaduais do municípios e a Associação de Pais e Amigos de Excepcionais.

No final de 2011, foi aprovado um segundo Projeto de PAA no município, na mesma modalidade (vigência 2011/12), utilizando-se da mesma entidade jurídica, praticamente duplicando a quantidade de fornecedores e o montante total do projeto. Foram cadastrados nesse Projeto 126 agricultores, totalizando um montante de R\$563.869,04 (ibid, S. I.).

Durante esses dois Projetos (2010 a 2012), a coordenação, articulação e demandas burocráticas, como prestações de contas, regulamentação de documentações, cadastros, etc., foram executadas por mediadores técnicos da prefeitura de Adrianópolis. Nesse período ONG's, e Agências Público estatal Estaduais e Federais deixaram de atuar com a mesma intensidade na localidade.

No ano final do ano de 2012 (vigência 2012/2013), foi aprovado pela CONAB um terceiro projeto de continuidade do PAA da Associação dos Remanescentes de Quilombos do Bairro Sete Barras na modalidade CDAF-Doação Simultânea, contando com 124 fornecedores cadastrados, sendo 64 deles denominados como agricultores familiares e 59 como quilombolas, totalizando um volume de 180.000 Kg de alimentos comercializados (Ibid., S. I.).

Nesse ano o processo organizativo do PAA sofreu alterações, em decorrência de eventos internos ocorridos no âmbito da gestão pública municipal, promovendo a constituição de um Conselho Gestor do PAA, composto por representantes das CRQ's e

⁶ Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária que atua nos estados do Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais, Espírito Santo, Rondônia, São Paulo e Rio de Janeiro.

outras comunidades de Agricultores Familiares não-quilombolas participantes do PAA, emergido a partir de resquícios da organização social da COAQUIVALE, acompanhado da constituição de uma equipe administrativa contratada pela Associação para gestão do Projeto, composta por dois secretários executivos e um coordenador.

No ano de 2013, período da pesquisa a campo, estava sendo escrito um quarto projeto de PAA pela Associação Sete Barras (vigência 2013/2014), contemplando um total de 124 agricultores fornecedores, e um montante total de R\$ 806.000,00. Esse projeto foi aprovado pela CONAB, após as prestações de contas da Associação terem passado por intenso processo de fiscalização pela CONAB, já em idos do último trimestre de 2013, e de não ter-se encontrado nenhuma irregularidade legal em suas prestações de contas, desde o início de sua execução, em 2010, porém até o presente momento este novo projeto não encontra-se em fase de execução, tal qual todos os demais Projetos de PAA do Estado do Paraná.

Condição camponesa e relações mercantis

O Córrego das Moças está localizado em meio às demais Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQ's) do município de Adrianópolis, próximo às margens do Rio Ribeira, distando-se 37 Km da sede de Adrianópolis. Constituída em meio a um vale, margeando córregos de acesso ao Rio São Sebastião e ao Rio Ribeira, a localidade é composta por um agrupamento social de cerca de 20 famílias e 68 habitantes. Registra-se que o bairro foi formado há mais de duzentos anos, segundo informações do Grupo de Trabalho Clovis Moura/GTCM (2010).

Estruturalmente, como sistema de Agricultura Camponesa Tradicional⁷ no Córrego das Moças, nas chamadas “roças” os quilombolas tem plantado milho e feijão, em consórcio ou rotação de culturas com abóboras, mandioca, batata-doce, mantendo nas proximidades de suas casas quintais com criação de galinhas soltas, hortas, temperos e ervas medicinais, além da produção de pomares, bananais, cana-de-açúcar e em alguns casos, mantendo áreas de pastagem com criação de gado, reserva de renda e venda.

Essa condição camponesa, para além de manter-se constantemente em atualização, orienta-se para “[...] a produção e crescimento do máximo de valor agregado possível” (grifo do autor), cuja “[...] base de recursos disponíveis é quase sempre limitada [...]”, “[...] por tendência, intensiva [...]” (PLOEG, 2008, p. 60-61), nas quais “os recursos sociais e materiais disponíveis representam uma unidade orgânica e são possuídos e controlados por aqueles que são diretamente envolvidos no processo de trabalho” (idem p. 60), buscando-se manter um equilíbrio interno, não dividindo-se entradas e saídas de renda, bem como não se calculando custos e “lucros” específicos.

Além disso, há centralidade no trabalho familiar, cujos “[...] níveis de intensidade e o desenvolvimento continuado dependem criticamente da quantidade e qualidade do trabalho” (PLOEG, 2008, p. 61), priorizando-se a otimização de recursos internos da propriedade, desenvolvendo relações parcialmente dependentes e vinculadas a mercados.

Das 20 famílias residentes na comunidade, no Projeto de PAA executado em 2011/12, haviam 18 agricultores cadastrados, dos quais, cinco eram mulheres e 17 homens (Associação dos Remanescentes de Quilombos do Bairro Sete Barras, S. I.). Para o projeto de 2012/2013 o número de mulheres cadastradas ampliou. No novo projeto, 2013/2014, aprovado, mas ainda por ser executado, este número manteve-se praticamente constante. Observa-se que ao longo dos anos, a participação das mulheres tem sido significativamente incrementada nesse Programa. Embora no projeto de 2011/12 observe-se predominância de

⁷O uso desse termo referencia-se em pesquisas realizada nesse território por Fidelis(2011). No qual descreve esse sistema como um modo específico de agricultura camponesa, baseado em mínimos vitais, composto pelas culturas produtivas de feijão, milho, mandioca e outros, utilizando-se de práticas manuais de cultivo, com uso de roçadas e em alguns casos coivara.

cadastros masculinos, na prática, em grande medida, foram e vem sendo as mulheres que tem plantado e vendido para o PAA.

Quando indagados sobre as razões e motivações de terem se inserido no PAA, aparece inicialmente o incentivo de mediadores técnicos, e aos poucos, motivações do próprio grupo:

Pesquisadora: [...] E por que vocês decidiram entrar no PAA?

Entrevistado quilombola. LU: ah, é que ai essa turma ai que vendia aí de primeiro, falava para mim ah entre sua boba que você vai dar bom, continua vendendo com nós que se Deus quiser você vai melhorar as coisas para você. Que sempre a gente vivia meio em precisão né, e eu meio com medo de entrar né, porque de primeiro a turma falava, ah isso ai vai dar problema, isso aí vai complicar todo mundo mais tarde. Daí eu pensei comigo, quer saber de uma coisa, eu vou entrar, eu pensei podia vender, aquela vez podia vender um monte maço, comecei vendendo as verduras, fui plantando um pouquinho de cebola, fui entregando, fui plantando couve, fui entregando e assim foi indo. E por sorte eu enxerguei bastante ajuda desse lado aí de venda de verdura.

As razões econômicas, orientadas por essa lógica camponesa, predominaram nas motivações internas para inserção dessas famílias no PAA. Para elas, o PAA significa uma venda, um meio de escoar as mercadorias e produtos que estavam sendo perdidos, ou dados aos animais nativos e criados, às famílias e aos vizinhos, produtos que estavam sem meios de comercialização:

Pesquisadora: por que vocês decidiram entrar no PAA?

Entrevistado quilombola. M: ah porque a gente plantava perdia, o que plantasse tinha que dar para as criação, mas e daí como apareceu o PAA, a gente achou melhor vender, é um dinheirinho a mais que entra.

Entrevistado quilombola. C: é pouco, mas é uma rendinha que entra, uma rendinha boa.

Entrevistado quilombola mediador. D.C: só não tem uma renda maior porque oh a hortinha deles.

Entrevistado quilombola. M: não tem como plantar mais.

Dessa forma, observa-se que o PAA tem significado para eles tanto um meio de venda, quanto de obtenção de uma renda extra, que na maior parte dos casos, é complementar no orçamento familiar, mas que principalmente para as mulheres e jovens que participam do Programa, é bastante significativa. Com essa remuneração, esses indivíduos têm podido reduzir a dependência financeira de seus pais e maridos, o que para as mulheres, é visto como algo positivo:

Pesquisadora: e o dinheiro que vem da verdura é seu?

Entrevistado quilombola. LI: é meu para comprar as coisinhas para as crianças, para mim, daí esse já sai fora para mim. [...]

Pesquisadora: mas esse dinheirinho que está vindo ele dá uma ajudinha assim [...]

Entrevistado quilombola. LI: ajuda bastante, pelo menos eu para mim ajuda bastante, porque eu já sou mais, sei lá, como que eu posso dizer que eu sou, eu não sou de ficar pedindo dinheiro para marido, eu se eu pedir e falar não para mim, a já quanto bastou, eu já não torno pedir de volta, e se perguntar para mim por que que eu quero, eu já também, já não falo, falo

nem preciso mais, porque a gente já vai pedir porque precisa, agora ficar tanta pergunta, por que você quer isso, o que você vai fazer com esse dinheiro... então não, e eu vendendo as coisas o dinheiro é meu, ele já sabe que o dinheiro é meu. Ou as vezes tipo, o mandiocal foi ele que plantou, ele fala assim, oh se você for tirar sozinha, pesar, e for entregar lá, você pode ficar com o dinheiro para você, que daí como diz, é um sofrimentinho né, mas eu vou lá, arranco, peso, e vou levar, daí quando chega o dinheiro, ele fala assim não esse dinheiro é seu, você que sofreu e me devolve o dinheiro, agora quando ele ajuda eu arrancar lá e coisar daí nós dividimos, pelo menos não fica reclamação do outro.

No início e até hoje ainda há conflitos com relação aos pagamentos, pois, segundo relatos de uma das mediadoras responsáveis pela prestação de contas “[...] até hoje tem agricultores no município que não entendem como é feita a prestação de contas” (Entrevistado mediador E.). Na visão de mundo dos quilombolas, o pagamento teria que ser imediato, no ato da entrega dos alimentos, tal qual os comerciantes atravessadores faziam com eles, e também como era no início da execução do PAA, não conseguindo, em alguns casos, não em todos, compreender e mesmo questionando o vai-e-vem de cheques, assinaturas, papéis e reuniões:

Entrevistado quilombola. LI: [...] pagamento ultimamente não está sendo muito bom não, porque antes era pagamento à vista, dinheirinho limpo, agora é cheque, é uma complicação daquelas, que um corre para um lado, outro corre para outro trocar cheque, [...] e depois as vezes tem que sair daqui até Adrianópolis trocar cheque. [...] eu acho que se viesse o dinheiro que nem era antigamente era mais fácil, porque daí vem o cheque tem de a pessoa ir lá trocar e depois tem que esperar o dia da reunião, as vezes a gente já faz uma prestação contando com aquele dinheiro [...] bastante já não está gostando, porque tipo, lá eles deviam soltar o dinheiro antes de soltar o cheque, agora eles soltam o cheque, daí tem que segurar o cheque até eles depositarem o dinheiro para o pagamento, porque já voltou cheque umas par de vezes, confusão que Deus o' livre então nessa parte está ficando meio complicado [...] daí passou eles falaram que era para cada uma abrir conta no banco para depositar lá, e porque acharam que não estava bom, porque um abriu num banco outro abriu noutro, estava sendo muita correria para eles depositar, e daí acabou virando esse cheque. [...] ser uma confusão descarada nessa reunião que vai ter agora por causa disso, porque já estão fazendo o pessoal meio de bobo, porque você pensa, sai daqui em Adrianópolis, perde um dia para abrir conta no banco, vai lá abre a conta no banco, fica tudo certo, deposita três meses o dinheiro na conta, daqui a pouco eles vem falam que não está dando certo, e vem com o cheque, agora vem com o tal de cartão, não tem, não tem condição, não é todo mundo que pode estar saindo assim a disposição deles, eles também tem que saber que não é só porque a gente precisa, que a gente tem que sair correndo se batendo desse jeito, as vezes até deixando algum compromisso da gente para estar indo lá, não é assim, eles tem que ver também a situação da gente. Porque as vezes tem gente aí que não tem dinheiro nem para pagar uma passagem. E daí como que vai? Não tem condição. E aí a sorte é que aqui são tudo parentada, daí quando um vai a gente já pede para fazer alguma coisa para a gente.

A inserção do PAA nessa comunidade inaugura a construção e cognição pelos quilombolas de um novo processo de comercialização, institucionalizado e subordinado à racionalidade burocrática do Estado Nacional, produzindo conflitos e tensionamentos com padrões culturais mercadológicos anteriores, instituindo novas representações simbólicas e práticas sociais. São outras relações de mercado que se estabelecem, demandando, pelo fato de estarem vinculadas à execução de um Programa Governamental, a institucionalização de inúmeros condicionantes regulatórios e normativos, capazes de

legitimar, diante da sociedade brasileira, a participação “ética” e transparente desses grupos nesse Programa, evitando-se constrangimentos legais, tais como fiscalizações e punições.

No entanto, vista sob a visão de mundo dos quilombolas, a transparência, proferida pela racionalidade do Estado burocrático, assegurada pela burocratização do processo de prestação de contas do PAA, tal como analisado por Weber (1978), tem significado para eles uma incompatibilidade com suas formas de se relacionar e de compreender os mercados, aparecendo como elemento estranho, nebuloso, duvidoso e conflitivo, ao invés de algo transparente e cognoscível.

Nesse sentido, a alternativa encontrada pelo grupo acabou sendo escolher confiar em qualidades e competências morais, pessoais e individuais, constitutivas das personalidades e caracteres dos indivíduos que fazem a prestação de contas, cujo perfil preferido são pessoas conhecidas, com capacidade de compreender os códigos burocráticos exigidos, e que centralmente tenham boa índole, reconhecida pelo grupo, como uma forma de proteger-se e precaver-se de possíveis enganos e trapagens.

A inserção formal dos quilombolas no PAA: a questão da DAP

Analisando o conjunto das exigências normativas estabelecidas pela CONAB para acesso ao PAA pelas famílias, há controvérsias nas interpretações obtidas pelos quilombolas nas entrevistas. Há alguns que concordam, avaliando que são necessárias para manter-se a transparência do processo, e outros que avaliam-nas como abusivas e excessivas:

Entrevistado quilombola. J. C.M: eu acredito que essas exigências deles é o certo né, para ser bem organizado tem que ser assim porque se não for assim, segundo as exigências deles, fica tudo fora de ordem.

Pesquisadora: ajuda a organizar, e saber certinho onde que está indo [...]

Entrevistado quilombola. J.C.M: ajuda organizar, eu concordo com isso aí, que precisa, tem que ser assim se não vira muita bagunça, o que acontece, acontece se eles descobrem se está tudo desorganizado o governo pode até querer cortar esse programa aí né [...]

Pesquisadora: e como o senhor percebe que o pessoal aqui está recebendo essa questão das exigências?

Entrevistado quilombola. J.C.M: tem uns aí estão achando que é muita exigência, tem uns que falam até de parar de vender porque é muita exigência. Mas eu acho assim que eles estão certo, tem que ser assim mesmo, essas pessoas que acham que está errado isso aí é pessoa que não gosta das coisas organizado, então tem que ser organizado, porque se não, eu acho que eles estão certo.

No entanto, esse mesmo entrevistado agricultor fornecedor, que afirma concordar com tais normatizações e padronizações burocráticas, considerando erradas ações sociais daqueles que não se enquadram em tais padrões, menciona que teve dificuldades para se inserir no Programa por falta de documentação de terra, o que quase conduziu essa família a abandonar a perspectiva de se inserir no PAA:

Pesquisadora: e para vocês entrarem no PAA, tiveram alguma dificuldade com documentação, sentiram algum tipo de dificuldade para começar participar ou não?

Entrevistado quilombola. J.C.M: tivemos dificuldade sim, inclusive estão cobrando e nós tivemos que pegar um documento da terra de minha mãe

para fazer o comodato para nós, para daí nós entrar, se cadastrar porque tem que ser feito isso [...]

Pesquisadora: esse lote de dois alqueires não tem documento de vocês?

Entrevistado quilombola. J.C.M: não, tem um documento assim de doação da minha mãe que doou para mim meia quarta, me deu um recibo de doação, e esse documento não servia, para se cadastrar no PAA tinha que fazer o comodato e o documento da terra, daí o documento da terra está no nome dela, ela tinha que assinar para mim, com esse documento que eu vou ter que ir na prefeitura fazer o bloco do produtor [...]

Entrevistado quilombola C: eu estava até desacorçada já, estava querendo parar já.

Pesquisadora: por quê?

Entrevistado quilombola C: eu estava desacorçada porque não podia mais né, por causa do documento.

Entrevistado quilombola J.C.M: porque está no nome, eles deram 60 dias de prazo, quem não organizar os documentos certinho para se cadastrar, aí não ia poder vender, isso foi que eles passaram para nós na última reunião aqui na comunidade.

A obtenção da DAP – Documento da Aptidão ao Pronaf, documento individual, exigido pela CONAB para inserção no PAA, foi considerada pelo grupo, de modo generalizado, como a maior dificuldade normativa enfrentada por eles para inserção no PAA, o que se justifica por condicionantes históricos e estruturais vinculado à posse e propriedade da terra pelo grupo:

Pesquisadora: [...] E o que você sente que o pessoal tem mais dificuldade?

Entrevistado quilombola M.P: mais dificuldade, que a gente vê por fora aí é a documentação. Tem vários agricultor que não tem a documentação. Para participar do Programa, do PAA. Fazer a documentação, fazer a DAP, porque depende da DAP.

Pesquisadora: por que você acha que tem essa dificuldade?

Entrevistado quilombola M.P: tem essa dificuldade porque a maioria não tem o documento da terra, só tem recibo de compra e venda então não consegue.

Pesquisadora: questão da terra [...]

Entrevistado quilombola M.P: e muitas pessoas que tem o documento em dia, tem medo de dar o contrato de comodato, que vai prejudicar ele e coisa.

Como populações territorializadas através de processos de migrações diversas, assentando-se na região como escravos, posseiros e parceiros, tal como descrito por Carril (1995) e por Bianchin (2010), cuja regularização fundiária somente foi possível, de modo parcelar e seletivo, pelo INCRA a partir dos anos 1960, a maioria dos documentos de terra que esses agricultores possuem são documentos de posses e doações de terra, havendo poucas escrituras e registros como imóvel rural no INCRA, o que tem limitado de modo significativo a inserção dessas famílias no PAA.

Em se tratando de Comunidades Remanescentes de Quilombos cujo processo de reconhecimento e titulação das terras prevê titulações coletivas, essa norma exigida pela

CONAB para acesso ao PAA por meio da DAP individual para os quilombolas torna-se inconsistente. Um estrangulamento burocrático, alimentado por um circuito erro-informação-correções, análogo ao modelo proposto por Crozier (1981), que demonstra a disfuncionalidade da burocracia público estatal, a qual coíbe e constrange a participação dos quilombolas no PAA, lançando-os, dessa forma, mais uma vez, em um quadro político-administrativo de invisibilização dos negros.

Dessa forma, em que pese o discurso “inclusivo” proferido pelos mediadores técnicos locais, na tentativa da construção de possibilidades legais de inserção dos quilombolas no Programa, mesmo em meios a tais dificuldades, os estrangulamentos e constrangimentos, burocráticos demandados, crescentes e disfuncionais aos processos de formação sócio históricos do grupo, gera, como consequência, movimento contrário, promovendo a exclusão, por inadequação legal remetida à falta de documentação de terra desse segmento social desta política pública, contrariando os princípios fundantes de tal política, os quais tem como centralidade a inclusão de quilombolas nesse Programa, tal como descrito no Comunicado CONAB/MOC N.º 009, de 16/05/2013.

Organização social quilombola e burocracia

No Córrego das Moças, as relações de parentesco e de reciprocidade, entendidas como uma “[...] relação que tem por objetivo um grande série não especificada de atos de assistência mútua[...]” (WOLF, 2003, p. 105), e também relações de amizades emocionais, compreendidas como “[...] uma relação entre um ego e um alter em que cada qual satisfaz alguma necessidade emocional por intermédio do seu oposto” (WOLF, 2003, p.103), atuam em termos de amálgama social, unidades estruturantes da coesão da organização social comunitária e das diferenciações sociais internas do grupo. Meios de obtenção de recursos materiais e não tangíveis, e de segurança quanto à garantia de manutenção de interesses particulares e coletivos, no âmbito das famílias nucleares e blocos familiares, e também em diferentes níveis e gradações, extra blocos familiares.

Em todas as entregas do PAA que puderam ser acompanhadas, tal como nos relatos obtidos em campo ou nas entrevistas, pode-se constatar que para conseguirem organizar as entregas, estabelecendo e cumprindo datas, horários e quantidades, as pessoas se comunicam através de canais internos previamente estabelecidos. Na maioria das vezes, os responsáveis pelas cargas ligam para algumas pessoas específicas da comunidade (mediadores internos, parentes, ou para quem tem telefone, etc.) e estas se responsabilizam por distribuírem a informação para os demais fornecedores:

Pesquisadora: entre parentes, vizinhos vocês costumam se ajudar em alguma correria, entregas, algo relacionado ao PAA?

Entrevistado quilombola.LI: [...] esse negócio de entregar verdura ai como diz, quando eu sei eu gasto tudo meus créditos para avisar as pessoas, o caminhão vai vir carregar tal dia tal hora assim, assim. Às vezes o neguinho fala oh C. faz favor de ligar em tal lugar assim, assim e avisa que o caminhão vai pegar tal hora, vem a tia D.C e avisa oh C. vem o caminhão assim, assim, e amanhã tem reunião, daí eu pego [...] e ligo para as pessoas, maior parte são parente mesmo que entregam para o PAA, daí eu pego ligo e aviso. Mas fora disso, o resto é só a tia D.C. mesmo que corre, e daí o cheque sempre vem ali com a mãe, tio M, daí eles que saem trocar o cheque.

A informação se distribui por meio de relações já tecidas principalmente entre os parentes e vizinhos, contemplando não somente suas afinidades, mas também os conflitos que lhes acompanham, deixando-se por vezes alguns de fora, esquecendo-se de avisar outros, contanto também com a importante tarefa realizada pela mediadora quilombola representante do grupo no conselho gestor do PAA, a qual passa avisando nas casas dias

de entregas, reuniões, decisões tomadas na reunião do conselho gestor e da comunidade, atuando de forma ativa para transmitir e explicar as informações, sendo que, também é comum pessoas da comunidade irem à sua residência tirarem dúvidas.

Segundo alguns moradores entrevistados, esse processo de organização e de comunicação interna, promovido tanto pelo reconhecimento legal do grupo como remanescentes de quilombos e pela sua inserção no PAA, tem reforçado laços internos de solidariedade, promovendo maior união, extrapolando-se o âmbito familiar para o social comunitário:

Entrevistado quilombola. LI: [...] eu acho que depois dessa coisa de remanescente de quilombola a turma se tornou mais unido.

Pesquisadora: você percebe que aconteceu isso?

Entrevistado quilombola. LI: sim, porque antes a turma cada um queria para si, não tinha nada, agora um ajuda o outro, se precisa de tal coisa, de uma muda, de uma coisa e pessoa vai lá e dá para o outro, e antes não tinha nada disso, eu acho que serviu mais para unir, como diz a turma, até as famílias mesmo, que cada um ajuda o outro, lá no tio M. ele planta o dele, vai lá ajuda a mulher dele, ajuda o filho dele, cada um vende o seu tudo junto, um ajuda o outro, e antes cada um se fizesse, plantasse estava bom, agora não, tipo se eu não planto, vem outro e diz, a mais porque você não planta a mais está bom de vender, é um dinheirinho que ajuda você, já dá um animo para a gente [...]

Desse modo, as relações de parentesco e reciprocidade do grupo atuam como amálgama e meio de viabilização da execução cotidiana do conjunto de rotinas, padronizações e enquadramentos burocráticos demandados pelo Programa, meio encontrado pelos quilombolas para conseguirem acessar e manterem-se participando, cumprindo as exigências legais demandadas pela CONAB para participação no PAA.

Nesse sentido, a emergência e inserção do padrão organizacional cultural burocrático longe de desconstruir e homogeneizar relações sociais tradicionais, traços constitutivos da identidade cultural desse grupo étnico, sobrepõe-se, cola-se aos padrões culturais do grupo, tal como analisado por Geertz (2012), provendo de novos sentidos e significados relações internas de parentesco, reciprocidade e amizade presentes no grupo.

A emergência e assimilação da burocracia pela cultura do grupo quilombola não lhes destile de sua cultura organizacional precedente, mas ao contrário, acopla-se, sobrepondo-se a esta, conferindo-lhe novos usos e sentidos, ressignificados, agora formalizados, rotinizados e padronizados, necessários à execução e gestão cotidiana do PAA nessa localidade.

Mediações técnicas e sociopolíticas

As reuniões mensais, instituídas a partir de 2012 na comunidade, constituem-se como locus privilegiado onde são produzidas e assimiladas as resoluções coletivas, também onde mediadores e mediados se encontram e dialogam entre si, e ainda onde descompassos cognitivos podem ser construídos e observados. Esses eventos contam com a participação obrigatória dos agricultores fornecedores cadastrados, mediadores quilombolas e em média, também com mediadores técnicos e sociopolíticos externos, da Associação Sete Barras, da EMATER, ou Prefeitura.

Como espaços de mediação técnica e sociopolítica entre a organização global do PAA e o grupo, constituem-se de importantes instâncias de informação, comunicação e discussão sobre os processos e procedimentos em curso, onde mediadores sociais atuam de modo decisivo.

Aos quilombolas fornecedores e mediadores, quando indagados nas entrevistas a respeito da dinâmica e funcionamento das reuniões, não se conseguiu perceber conflitos e críticas, quanto a metodologia desses espaços, mas apenas afirmações, legitimando a construção social de tais eventos, questionando aqueles que não compreendem o que se passa na reunião, centralmente mulheres, as quais somente depois da reunião costumam vir pedir informação, consideradas como desatentas e que vão para a reunião somente para conversar:

Entrevistado quilombola S: outra coisa também é esse negócio que nem acho que também você percebeu hoje na reunião, muito dessas mulher também que vem ali na hora da reunião, ficam muito de blábláblá, não prestam atenção no que está falando, documento que estão pedindo ali, a pessoa tenta explicar alguma coisa eles começam de conversa. Até que na reunião passada eu tive reparando, pessoas perguntando para a mãe aqui, perguntando para fulano, que dia que ia para Adrianópolis, que documento que era para levar, as pessoas... reunião é reunião né, o Sr. G. explicava detalhe por detalhe, o que era, o que precisava, quando era, que dia que era, e tinham pessoas que ficavam de conversa vem, conversa vai, foi final da reunião perguntando para outras pessoas, só que eu fiquei só olhando, as pessoas não prestam atenção, não escutam. As vez porque pensa que está entregando normalmente, ver que ninguém está pressionando com negócio de documentação, está de conversa, daí a hora que precisa, se apura, reclamam, ai falam, ah, mas agora exige isso, exige aquilo.

Quando problematizado o entendimento do uso de vocabulários tecnoburocráticos nas reuniões, e em indagação a uma das mediadoras populares quilombolas, se as mulheres entendem as explicações tecnoburocráticas que são transmitidas nas reuniões, ela respondeu da seguinte forma:

Pesquisadora: [...] quando vem essas explicações, será que elas conseguem entender, ou elas tem dificuldade?

Entrevistado mediador quilombola D.C: tem algum que não entende nada. Enrola-se e não entende nada, depois fica perguntando para a gente.

Ao serem invisibilizadas nas reuniões, cuja linguagem utilizada e a metodologia adotada não estão em constante processo de reflexão, tampouco se aproximam de metodologias de educação popular⁸, baseando-se em um modelo de participação não efetivo, mas meramente legitimatório, e por isso, performativo, as reuniões mensais da comunidade configuram-se como espaços-tempos que atualizam e reproduzem narrativas compartilhadas pelo grupo, homens e mulheres, e por mediadores profissionais, que culpabilizam as mulheres pela sua desatenção e desestímulo na participação nessas reuniões mensais:

Pesquisadora: [...] como você analisa, das reuniões, da participação das pessoas em reunião, tanto da comunidade quanto de fora, e a forma como as coisas são decididas?

Entrevistado quilombola O: a participação, aqueles que vão ali por participar, que a gente ali é umas vinte pessoas mais ou menos, dos quais 12-15 pessoas participam em reunião, aquelas que tem interesse em saber, agora aquelas que não tem interesse em nada e daí dizem que não entendeu nada, elas vão lá e fazem o grupinho delas e ficam batendo papo do lado.

⁸ Segundo Freire (2004, 1983), as quais buscam, tendem e podem construir estratégias de adaptação de linguagem, posturas e ações, de modo a favorecer o desenvolvimento de habilidades e capacidade cognitivas, criativas e reflexivas dos participantes.

Pesquisadora: as mulheres falam que não entendem nada? Quem não entende nada?

Entrevistado quilombola O: aquelas que vem na reunião ali participar da reunião ali, as próprias da comunidade.

Pesquisadora: por que será que elas não entendem nada?

Entrevistado quilombola O: porque elas não vão pela reunião, eles vão por chegar lá bater papo e marcar presença.

Pesquisadora: mas será que elas não tem dificuldade em entender?

Entrevistado quilombola O: não, eu acho assim que ficou bem claro [...]. Por exemplo, Sr. G. vem fazer uma reunião, tem aquelas que foi ali para assistir a reunião, elas querem saber o fundamento daquilo ali, e tem aquelas que foram ali só por ir, então aquelas que vão ali só para se aparecer elas não ficam ali junto de nós, [...] faz o grupinho delas e fica lá do outro lado de lá batendo papo, conversando Às vezes você tem que parar e falar psiu [...]. Daí a pessoa dá uma paradinha com a conversa. Você sai dali eles falam ah, não entendi nada, mas quem vai ali para coisar, eles entendem o que sai e o que eles tem de reclamação, nós reclama é resolvido, outro mês já vem a resposta ou quando uma coisa que eles não der resposta no momento, eles vão estudar aquela sua pergunta para em outro momento dar resposta, eu acho assim, que ultimamente nada está tendo problema.

Por encontrar lócus de legitimação no grupo e na cultura dos mediadores profissionais e populares, independentemente de gênero, a violência, nesse caso, além de legal, manifesta principalmente no domínio e controle de saberes, conhecimentos e linguagem tecnoburocrática é simbólica⁹, porque negociada e cotidianamente retroalimentada pela cultura do grupo, sendo reafirmada e reforçada por influências culturais externas, responsáveis pela mediação junto à execução do PAA, centralmente pela EMATER, reforçando quadros e contextos de dominação masculina, tal qual formulado por Bourdieu (2005).

A fricção desses quadros e contextos de dominação tem sido somente recentemente friccionados, através da participação de parte desses sujeitos em fóruns, instâncias, movimentos, atividades externas, vinculadas à produção de representações e práticas sociais de positividade feminina e étnico-racial, viabilizados através do processo de auto-identificação e reconhecimento legal de sua condição quilombola.

Mesmo assim, é essencial ainda perceber e analisar que, embora começando a participarem de outros universos sociais e simbólicos, muitos deles ainda sentem e encontram dificuldades para conseguirem sair, falar, se expressar, assumir e se assumirem enquanto sujeitos sociais detentores de capacidades e potencialidades, desenvolvidas e por desenvolver, como meio de acesso, cognição e condução burocrática e política de sua participação social em Programas e políticas públicas, delegando papéis, cargos e falas a outrem, interno ou externo ao grupo, por vezes, não quilombolas, na gestão estratégica do PAA nesse município, tal qual pode ser expresso nessas considerações de um dos moradores da comunidade Córrego das Moças:

Entrevistado mediador quilombola M.: [...] eu acho que ainda tem um tapume na cara do povo. [...]

Entrevistado mediador quilombola M.: perceba que você vê isso com os olhos, porque você está vendo, nós estamos ali na reunião, eu o M1 e a O. conversamos, o resto fecha a boca, bota seu zíper na boca e fazer o que em reunião? [...] conforme o lugar, você vê interrogação, interrogação, e nada, todo mundo quietinho.

⁹ Durante as observações de campo, obtive relatos também de ameaças de violência física a algumas mulheres do grupo, cometidas centralmente por seus maridos.

A delegação de papéis de direção e condução administrativa e política para o outro, associada à negatização de si enquanto potencial de aprendizagem e socialização, tem significado, nessa localidade, a assunção e domínio do saber técnico dos mediadores técnicos e de mediadores populares não-quilombolas, no controle do processo de elaboração e execução do PAA em Adrianópolis, tal como expresso na fala de um dos entrevistados mediadores quilombolas “[...] claro que um analfabeto não vai conseguir, precisamos de vocês [...]”.

O saber técnico, agrícola, burocrático ou mesmo político assimilados por mediadores profissionais, é compreendido pelos quilombolas, mediadores ou não, como algo superior aos saberes e conhecimentos de si próprios construídos acerca da realidade social. Uma desqualificação e negatização de si mesmos, que se ajusta ao padrão de dominação legal e simbólica do grupo, reproduzidos pelas estruturas institucionais de mediação técnica e sociopolíticas, de modo análogo ao estudado nos contextos analisados por Bourdieu (2011), Souza (2012) e Neves (2008).

Esse contexto tem gerado deslocamento étnico-racial e social no processo global do PAA, o qual desvincula os mediadores quilombolas do Córrego das Moças da capacitação e condução estratégica do PAA em Adrianópolis, a qual está sendo assumida por mediações técnicas e sociopolíticas, gerando, como consequência, a constituição de grupos de especialistas cultural e hierarquicamente situados, com relação aos fornecedores, constringendo, reproduzindo contexto de dominação e violência simbólica e legal historicamente situados.

Considerações Finais

A participação dos quilombolas no PAA tem sido dificultada pela inadaptação das atuais condições legais exigidas para acesso a esse Programa, e sua relação com o processo de constituição histórica da estrutura fundiária da região do Vale do Ribeira Paraná.

Mesmo assim, quando acessado, tal Programa tem assegurado a essas famílias participantes a ampliação da remuneração mensal familiar, de forma complementar, o que para as mulheres e jovens participantes têm significado a possibilidade de ampliação de sua autonomia relativa frente a maridos e pais.

A inserção desses sujeitos sociais no PAA inaugura a constituição de novas relações mercantis, cujos códigos simbólicos e práticos passam a serem estranhos e distintos do padrão comercial tradicionalmente adotado pelo grupo. A adoção do padrão burocrático de comercialização instituiu nesse grupo a desconfiança na “engenharia burocrática” demandada pelo Programa para prestação de contas, a qual é atenuada pela constituição de relações de confiança pessoais em atributos morais e tecnoburocráticos de mediadores técnicos e sociopolíticos, contratados para a coordenação e gestão formal do Projeto.

No âmbito da organização social interna, a execução cotidiana do PAA, bem como a adequação legal da participação dos quilombolas no Programa, tem se viabilizado através da sobreposição do padrão organizacional burocrático aos padrões tradicionais de organização social do grupo, baseados em relações de parentesco, amizade e reciprocidade e vizinhança. A burocracia cotidiana, manifesta na aquisição de documentos, organização de entregas, datas, padronizações de produtos, se efetiva e é assimilada pelo grupo na medida em que se ajusta e encontra subsídios positivos na organização social deste, apoiando-se nas relações de parentesco, reciprocidade, amizade e vizinhança.

Quanto às relações de mediação entre os quilombolas, suas visões de mundo e *ethos* com mediadores externos, no que se refere à organização social e comunicação, percebeu-se a sobreposição de relações de dominação legais burocráticas à relações de dominação tradicionais, historicamente acumuladas e reproduzidas pelo grupo, baseadas na dominação masculina, reproduzindo contextos de negatização da condição feminina, negra e camponesa das e dos quilombolas participantes do Programa.

A superioridade técnica e social dos mediadores técnicos e sociopolíticos é reproduzida por estes e negociada de forma conflitiva e por vezes, subordinada com os quilombolas, através da reprodução social pelos mediadores técnicos de linguagens tecnoburocráticas incompreensíveis às mulheres quilombolas, e através da delegação de cargos e papéis de direção política e técnica estratégicas pelos mediadores quilombolas do Córrego das Moças a mediadores externos, por ainda se avaliarem incapazes de cumprirem com tais funções.

Nesse sentido, compreende-se que a simples participação formal, operacionalização e gestão cotidiana do PAA pelos quilombolas dessa Comunidade, embora esteja sendo significativa e positivamente considerada no âmbito econômico pelos quilombolas, não tem sido suficiente para potencializar-se a positividade étnico-racial do grupo, devendo, para tanto, ser reajustada e readaptada de modo a integrar ações que promovam tanto a autonomia camponesa, quanto a positividade étnico-racial do grupo, promovendo a construção de formas de participação efetivas capazes para continuar, pedagogicamente, interferindo na construção da positividade, identificação e reconhecimento étnico-racial do grupo.

Referências

ARRUTI, J. M. **Mocambo**: antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauru: EDUSC, 2006.

ASSOCIAÇÃO DOS REMANESCENTES DE QUILOMBOS DO BAIRRO SETE BARRAS. **Propostas de Projetos de PAA modalidade CPR doação simultânea**. Adrianópolis. Documentos internos. S. I.

BIANCHINI, V. **O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF e a sustentabilidade da agricultura no Vale do Ribeira – Paraná**. 2010. 413f. Tese. (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kuhner. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. **O poder simbólico**. 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BRASIL. Lei 10.696/2003, de 02 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Presidência da República e Casa Civil. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.696.htm>. Acesso em: 15 de mai. 2013.

_____. Companhia Nacional de Abastecimento, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar**: renda na mesa de quem produz e comida na mesa de quem precisa. Cartilha do PAA, Brasília, 2010.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **PAA recursos aplicados MDA e MDS de 2003 a 2010 – todas as modalidades**. 2012. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal>>. Acesso em: 23 de out. 2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Segurança Alimentar**: Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. 2013. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/aquisicao-e-comercializacao-da-agricultura-familiar>>. Acesso em: 20 de mai. 2013.

_____ Ato das disposições constitucionais transitórias. Art. 68º. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm#adct> 2013b. Acesso em: 14 de jul. 2013.

CARRIL, L. F. **Terras de negros no Vale do Ribeira: territorialidade e resistência**. 1995. 211f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 1995.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 1974.

CONAB. **PAA**. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/detalhe.php?a=1135&t=2>>. Acesso em: 15 de mai. 2013.

_____ Vídeos premiados do PAA. **Prêmio PAA na tela**. Brasília, 23 de novembro de 2012. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/PAA_videos.php?a=1412&t=2>. Acesso em 18 mai. 2013.

_____ **Manual de Operações CONAB**, 2013. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conabweb/moc.php>>. Acesso em: 20 de mai. 2013.

_____ Título 27 – compra direta da agricultura familiar –CDAF, comunicado CONAB/MOC N.º 009, de 16/05/2013. 2013a. **MOC – Manual de Operações CONAB**. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conabweb/moc.php>>. Acesso de 20 mai. 2013.

DELGADO, G. C. et al. **Avaliação do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar**. (Texto para discussão, 1145). Brasília: IPEA, 2005.

FIDELIS, L. M. **Quilombos, agricultura tradicional, agroecologia: o agroecossistema do quilombo João Surá sob a ótica da sustentabilidade**. Cadernos CERU. Série 2, v. 22. p. 57-72, jun. 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. Editado por Paz e Terra, licenciado gratuitamente para ANCA/MST. 2004.

_____ **Extensão ou Comunicação**. 8ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Quilombola**. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/quilombola/>>. Acesso em: 20 de set. 2013.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. 1 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

GOMES Jr.; SILVA, G. L.; COSTA, P. A. B. (org.) **Paraná Negro**. 1 ed. Curitiba: PROEC, 2008.

GRISA, C. Desenvolvimento local, políticas públicas e meios de vida: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). In: 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Porto Alegre. 2009. **Anais...** Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/105.pdf>>. Acesso em: 23 mai. 2013.

_____. et. al. **O Programa de Aquisição de Alimentos(PAA) em debate: apontamentos e questões para debate**. Retratos dos Assentamentos, Araraquara, n. 13, p. 137-170, 2010.

GTCM. Relatório do Grupo de Trabalho Clovis Moura: 2005-2010. Curitiba: GTCM, 2010.

INCRA. **Quilombolas**. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/estrutura-fundiaria/quilombolas>>. Acesso em: 20 de set. 2013.

IPARDES. **Diagnóstico socioeconômico do território Ribeira**: Estado do Paraná. 1º fase, caracterização global. Curitiba: IPARDES, 2007.

ITCG. **Terra e Cidadania**: terras e territórios quilombolas. (Grupo de trabalho Clovis Moura, relatório 2005-2008). Curitiba: ITCG, 2008.

LEITE, I. B. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnografia**, v.4, n. 02, p. 333-354, 2000. Disponível em: <http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_04/N2/Vol_iv_N2_333-354.pdf>. Acesso em: 09 set. 2011.

Textos e Debates. Ano 01, n. 01. p. 05-42. Florianópolis: UFSC, 1991 LEITE, S. **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MALUF, R. S. J. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Petrópolis: Vozes, 2007.

MATTEI, L. Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar (PAA): antecedentes, concepção, e composição geral do Programa. **Cadernos do CEAM (UNB)**, v.7, p. 33-44, 2007.

MIELITZ NETTO, C.G.A. A política agrícola brasileira, sua adequação e sua funcionalidade nos vários momentos do desenvolvimento nacional. In: LEITE, S.P.; PHILLIPPE, B. **Análise comparada de políticas agrícolas**: uma agenda em transformação. Editora Mauad. Rio de Janeiro, 2011. p. 221-252.

MULLER, A. L. **A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil**: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

NEVES, D. P. (Org.). **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

SAHLINS, M. **Cultura na prática**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2004.

_____. **Ilhas de História**. Tradução Barbara Sette. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

SOUZA, R. S. **A condição organizacional**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2012.

ZIMMERMANN, S. A. **A institucionalidade de uma política alimentar em nível local**: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Mirandiba, Brasil. Anais... IV Congresso Internacional de la Red SIAL. Mar del plata, out. 2008.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura Familiar e campesinato: rupturas e continuidades. **Revista Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, 21, out. 2003. p.42-61.

WEBER, M. Os fundamentos da organização burocrática: uma construção do tipo ideal. In CAMPOS, E. (Org.). **Sociologia da burocracia**. 4.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p.15-28

WOLF, E. Parentesco, amizade e relações patrono-cliente em sociedades complexas. In: FELDMAN-BIANCO, B.; RIBEIRO, G. L. **Antropologia e Poder: contribuições de Eric R. Wolf**. Brasília: Editora da UNB. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2003. p. 93-114.